

Lic. Helena Maria dos Santos Rodrigues, para exercer atividade na Sede e Delegação do Centro do INML, I. P., e com as Lics. Maria Rosa da Silva Costa e Olímpia Maria Rocha Antunes Duarte, para exercer atividade na Delegação do Sul do INML, I. P., na sequência da homologação das listas unitárias de ordenação final dos candidatos dos procedimentos concursais comuns, abertos, respetivamente, pelos avisos n.ºs 2364/2010, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 17 de novembro e 2404/2010, *Diário da República* n.º 225, de 19 de novembro.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

24 de julho de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206278298

Deliberação n.º 1053/2012

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I. P.) em sessão de 11 de junho de 2012, considerando a cessação de funções, por aposentação, dos Profs. Doutores Armando Lopes Porto e Adriano Supardo Vaz Serra, são nomeados membros do Conselho Médico-Legal, ao abrigo da alínea e) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de abril, ouvido o Conselho Científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, as seguintes individualidades:

Área de Medicina Interna: Prof. Doutor José Manuel Borges Nascimento Costa, tendo como suplente o Prof. Doutor Armando Simões Pereira de Carvalho.

Área de Psiquiatria: Prof. Doutor Carlos Manuel Braz Saraiva, tendo como suplente o Prof. Doutor João dos Santos Relvas.

24 de julho de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206278224

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego

Despacho n.º 10319/2012

Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, e no uso dos poderes que me foram conferidos pela alínea c) do n.º 2.1 do despacho n.º 10353/2011, de 5 de agosto de 2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 17 de agosto de 2011, por indicação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP- IN), exonero Augusto Coelho Praça e nomeio Joaquim Filipe Coelhas Dionísio como representante da referida confederação sindical no conselho de administração do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., com efeitos à data do presente despacho.

25 de julho de 2012. — O Secretário de Estado do Emprego, *Pedro Miguel Rodrigues da Silva Martins*.

206278824

Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Édito n.º 428/2012

Processo n.º 171/11.9/796

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela, Zambujal, Alfragide, 2721-858 Amadora, 2.º andar, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Mafra, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. - Direção de Rede e Clientes Lisboa, a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Modificação da Linha Aérea, a 10 kV, LA 1319 (2.º Troço), com 2349 m, com origem no PT MFR-D-2926 e término no PT MFR-D-0285, sita em Ribeira de Ilhas, freguesia de Ericeira, concelho de Mafra.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

28 de maio de 2012. — O Diretor Regional, *Ricardo Emílio*.

306277188

Édito n.º 429/2012

Processo n.º 171/11.9/799

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela, Zambujal, Alfragide, 2721-858 Amadora, 2.º andar, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Mafra, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Lisboa, a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Linha Aérea, a 10 kV, com 1199 m, com origem no apoio n.º 9 da LA n.º 1283/R2 e término no PT MFR-D-0657 Chanca, sita na freguesia de Sobral da Abelheira, concelho de Mafra.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

25 de junho de 2012. — O Diretor Regional, *Ricardo Emílio*.

306277163

Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 10322/2012

Para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, publicam-se os valores dos índices de custos de mão de obra (Quadro I), de materiais (Quadro II) e de equipamentos de apoio (Quadro III), relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012, fixados por despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

QUADRO I

Índices de custos de mão de obra (Continente)

Base 100: janeiro de 2004

Código	Índices	janeiro 2012	fevereiro 2012	março 2012
	Global	127,8	127,8	127,8
	Por fórmula tipo (*):			
F01	Edifícios de habitação	129,3	129,3	129,3
F02	Edifícios administrativos	129,5	129,5	129,5

Código	Índices	janeiro 2012	fevereiro 2012	março 2012
F03	Edifícios escolares	129,6	129,6	129,6
F04	Edifícios para o setor da saúde	129,5	129,5	129,5
F05	Reabilitação ligeira de edifícios	129,4	129,4	129,4
F06	Reabilitação média de edifícios	129,3	129,3	129,3
F07	Reabilitação profunda de edifícios	128,9	128,9	128,9
F08	Campos de jogos com balneários	129,7	129,7	129,7
F09	Arranjos exteriores	129,0	129,0	129,0
F10	Estradas	126,3	126,3	126,3
F11	Túneis	125,8	125,8	125,8
F12	Pontes de betão armado ou pré-esforçado	127,6	127,6	127,6
F13	Viadutos de betão armado ou pré-esforçado	127,8	127,8	127,8
F14	Passagens desniveladas de betão armado ou pré-esforçado	127,6	127,6	127,6
F15	Grandes reparações de estradas	126,9	126,9	126,9
F16	Conservação de estradas	127,1	127,1	127,1
F17	Pavimentação de estradas	126,6	126,6	126,6
F18	Estruturas de betão armado	129,4	129,4	129,4
F19	Estruturas metálicas	129,1	129,1	129,1
F20	Instalações elétricas	129,7	129,7	129,7
F21	Redes de abastecimento de água e de águas residuais	127,1	127,1	127,1
F22	Barragens de terra	129,5	129,5	129,5
F23	Redes de rega e drenagem	128,1	128,1	128,1
Por profissões:				
P01	Pedreiro	127,8	127,8	127,8
P02	Armador de ferro	125,1	125,1	125,1
P03	Carpinteiro	126,1	126,1	126,1
P04	Espalhador de betuminosos	124,2	124,2	124,2
P05	Ladrilhador/azulejador	134,7	134,7	134,7
P06	Estucador	136,2	136,2	136,2
P07	Canalizador	124,1	124,1	124,1
P08	Eletricista	126,5	126,5	126,5
P09	Pintor	129,8	129,8	129,8
P10	Serralheiro	127,7	127,7	127,7
P11	Motorista	124,0	124,0	124,0
P12	Condutor de máquinas	123,0	123,0	123,0
P13	Servente	133,9	133,9	133,9

(*) As fórmulas tipo F01 a F14 são as que constam do Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 8 de janeiro, considerando a Retificação n.º 383/2004 (2.ª série), de 25 de fevereiro; as fórmulas tipo F15 a F23 constam do Despacho n.º 22 637/2004 (2.ª série), de 12 de outubro.

Os índices ponderados de custos de mão de obra estão afetados de todos os encargos emergentes das disposições em vigor no período a que respeitam, pelo que compreendem: segurança social, seguro, caixa nacional de seguros de doenças profissionais, medicina no trabalho, férias, subsídio de férias, feriados, tolerância de ponto, faltas remunera-

das, cessação e caducidade do contrato (indenização por cessação do contrato individual de trabalho e compensação por caducidade do contrato a termo certo e a prazo), inatividade devida ao mau tempo, subsídio de Natal e formação profissional.

QUADRO II

Índices de custos de materiais

M01 a M41 — Base 100: dezembro de 1991

M42 a M51- Base 100: janeiro de 2004

Código	Materiais	janeiro 2012	fevereiro 2012	março 2012
M01	Britas	104,1	104,1	103,9
M02	Areias	89,9	89,9	89,8
M03	Inertes	99,7	99,7	99,5
M04	Ladrilhos de calcário e granito	96,1	96,1	96,1
M05	Cantarias de calcário e granito	110,6	110,6	110,6
M06	Ladr. e cant. de calcário e granito	96,4	96,4	96,4
M07	Telhas cerâmicas	119,6	119,6	123,3
M08	Tijolos cerâmicos	94,9	94,9	94,1
M09	Produtos cerâmicos vermelhos	102,0	102,0	102,6
M10	Azulejos e mosaicos	110,7	110,7	110,7
M12	Aço em varão e perfilados	272,7	272,9	272,9
M13	Chapa de aço macio	147,6	147,6	147,6
M14	Rede electrossoldada	185,3	185,4	185,4
M15	Chapa de aço galvanizada	145,8	145,8	145,6
M16	Fio de cobre nú.	278,3	278,3	289,3
M17	Fio de cobre revestido	230,5	230,5	239,7
M18	Betumes a granel	544,1	544,1	544,1
M19	Betumes em tambores	601,9	601,9	601,9
M20	Cimento em saco	145,6	145,6	142,1
M21	Explosivos	143,9	143,9	142,9
M22	Gasóleo	308,1	308,1	314,7

Código	Materiais	janeiro 2012	fevereiro 2012	março 2012
M23	Vidro	93,2	93,2	93,2
M24	Madeiras de pinho	141,1	141,1	141,1
M25	Madeiras especiais ou exóticas	142,0	142,0	142,1
M26	Derivados de madeira	129,8	129,8	130,6
M27	Aglomerado negro de cortiça	174,1	174,1	174,1
M28	Ladrilho de cortiça	123,8	123,8	123,8
M29	Tintas para construção civil	292,3	292,3	287,2
M30	Tintas para estradas	284,6	284,6	284,6
M31	Membrana betuminosa	301,1	301,1	304,0
M32	Tubo de PVC	104,6	104,6	112,7
M33	Tubo de PVC p/ instalações elétricas	177,2	177,2	177,2
M34	Blocos de betão normal	111,8	111,8	111,8
M35	Manilhas de betão	135,8	135,8	135,6
M36	Tubagem de fibrocimento	157,9	157,9	157,9
M37	Chapa de fibrocimento (1)	226,6	226,6	226,6
M39	Caixilharia em alumínio anodizado	137,6	137,6	138,4
M40	Caixilharia em alumínio termolacado	128,6	128,6	128,0
M41	Pavimentos aligeirados de vigotas pré-esforçadas	129,0	129,0	129,0
M42	Tubagem de aço e aparelhos para canalizações	100,2	100,2	100,2
M43	Aço para betão armado	186,2	186,2	186,2
M44	Aço para betão pré-esforçado	169,3	169,3	169,3
M45	Perfilados pesados e ligeiros	153,1	153,1	153,1
M46	Produtos para instalações elétricas	171,8	175,4	178,6
M47	Produtos pré-fabricados de betão	89,3	89,3	89,4
M48	Produtos para ajardinamentos	105,7	105,7	107,5
M49	Geotêxteis	97,2	97,0	95,4
M50	Tubos e Acessórios de Ferro Fundido e Aço	152,8	152,8	152,8
M51	Tintas para Construção Metálica	134,8	134,8	134,8

(1) Este produto deixou de ter incorporadas fibras de amianto, que foram substituídas por outros tipos de fibras

QUADRO III

Índices de custos de equipamentos de apoio

Base 100: janeiro de 2004

Índice	janeiro 2012	fevereiro 2012	março 2012
Equipamentos de apoio	112,5	112,6	112,7

13 de julho de 2012. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Fernando Silva*.

206278321

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro

Aviso (extrato) n.º 10323/2012

Por despacho de 16 de julho de 2012, da Senhora Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., foi outorgada por dois anos, a concessão da carreira provisória de passageiros a seguir indicada:

Covelo de Paiva-Granja (via Mões)

Requerida pela empresa Joaquim Guedes, Filho & Genros, S. A., com sede na Estrada Nacional, n.º 2, Castro Daire.

23.07.2012. — O Diretor Regional, *Manuel António Miranda Góis*.
306272521

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Aviso n.º 10324/2012

Para dar cumprimento ao disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que a técnica superior Cristina Maria Loureiro da Silva Oliveira, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência da celebração com este Instituto de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

25 de julho de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jorge Marques dos Santos*.

206279707

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura

Despacho n.º 10320/2012

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, pelas Leis n.ºs 18/2008, de 29 de janeiro, e 30/2008, de 10 de julho, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 3-B/2010, de 28 de abril, e das disposições legais adiante invocadas, no uso das competências que me foram delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território através do despacho n.º 12412/2011 (2.ª série), de 9 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro de 2011, subdelego no conselho diretivo do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, I. P.), constituído por António Frederico Sousa Cid, na qualidade de presidente, e Edite Maria Freitas Azenha, na qualidade de vice-presidente, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 250 000, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, em conjugação com o artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, alterado